

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

SUSTENTABILIDADE E CULTURA¹

José Ricardo Maciel Nerling², Daniel Rubens Cenci³.

¹ Projeto de pesquisa realizado no decorrer da bolsa de Iniciação Científica PIBIC-CNPq.

² Acadêmico de Direito da UNIJUI. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq.

³ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Professor da Graduação em Direito e do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Email: danielr@unijui.edu.br

Introdução

Trabalhar os conceitos de sustentabilidade exige uma percepção além das ciências ambientais, vez que essa se divide nas mais diversas dimensões, como, por exemplo, a social, a econômica e a espacial, conforme ensina Ignacy Sachs (1993). Além dessas dimensões, poderíamos incluir outros dois conceitos: o de sustentabilidade ecológica e sustentabilidade cultural. A primeira destas tange acerca dos recursos potenciais dos ecossistemas e a preocupação com o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; a segunda, por sua vez, trata dos sistemas de ordem cultural, das particularidades de cada ecossistema, cultura e local. Há um elo entre as áreas dicotômicas da sustentabilidade. Todas elas derivam e visam o ser humano nas suas diversas relações, seja com os objetos materiais (como é o caso das suas ações, o meio ambiente, as criações...) e os objetos formais, como a ética, a moral, o direito (pelas suas fontes e o ordenamento jurídico) e a cultura, sendo este último o principal objeto de análise no presente artigo.

Metodologia

O presente trabalho foi elaborado com base em leituras de bibliografias físicas acerca da história, da cultura, do meio ambiente e da sustentabilidade, visando relacionar esses temas.

Sustentabilidade e Cultura

Desde o final do século XVIII, diversos autores vêm dando suas definições ao conceito de sustentabilidade. Todavia, ainda hoje, não há um conceito definitivo para esse instituto, vez que sua percepção está condicionada e inserida a/em uma cultura, ideologia ou corrente de pensamento. Portanto, há certa relatividade (ou relativização) no que concerne à sustentabilidade. Isso acarreta, naturalmente, uma aderência comportamental frente a alguma dessas teorias, o que explica, por exemplo, o fato de que os diferentes povos, um em relação ao outro, possuem uma relação distinta com o meio-ambiente e a natureza.

Poderíamos dizer que a cultura não necessariamente deriva por completo do lugar onde cada povo viveu e vive, mas que essa relação pode ser contrária, desencadeando um loco totalmente inverso, fazendo-se com que a cultura seja a maneira com que os povos se relacionam com seu ambiente. Entendendo a cultura de ambas as formas (como resultado e como operador), não se pode olvidar que, justamente por haver essa diversidade, é deveras difícil alcançar um único senso para a

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

sustentabilidade. Aliado a isso, temos, especialmente no século XXI, dois grandes paradoxos simultâneos (e quase contraditórios): a individualização humana e a globalização. Possivelmente, a segunda seja o que impulsiona a primeira, vez que há uma adoção geral desse novo modelo cultural, que isola cada vez mais os indivíduos dos sentimentos de coletividade e nação, e que “tira de moda” até mesmo a democracia, com a fragmentação da vida humana.

Essa nova forma de comportamento social reflete diretamente nos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento. Há pessoas e grupos de pessoas que não sofrem diretamente os efeitos das mudanças climáticas, sendo que estas estão diretamente ligadas com o conceito de progresso. Ocorre, todavia, que é preciso haver uma mudança comportamental, não só das pessoas, mas, também, dos governos e instituições, na tentativa de dar consonância ao desenvolvimento e à proteção ambiental, fazendo com que, de forma geral, todos tenham acesso a uma vida de qualidade e aos bens e serviços necessários para sua efetivação, mas sem comprometer os habitats naturais das comunidades.

Essa responsabilidade em torno da sustentabilidade não é individual, pelo contrário, é coletiva e deve ser unânime. Isso, porque, no mundo global, os efeitos das decisões tomadas no ocidente do mundo afetam diretamente os povos do oriente, e vice-versa. Há uma maior proximidade entre os povos e a relação entre eles, e, ao mesmo tempo, uma maior potencialidade das ações e seus efeitos no ambiente. É nesse caminho que os temas acerca da proteção do meio ambiente passam a ser debatidos de forma mais contumaz e frequente, o que vem se dando de forma lenta e gradativa, tendo em vista os diferentes interesses envolvidos, além de que há um processo de culturalização, o que envolve, naturalmente, muito tempo.

Segundo Márcia Dieguez Leuzinger e Sandra Cureau (2008, p. 7), a preservação ambiental surge com “a criação de reservas florestais [...] realizada por diferentes povos na Antiguidade, por razões religiosas ou para garantir a prática da caça, passando a ser bastante comum na idade média”. Vê-se, a partir do que descrevem as autoras, que o conceito de sustentabilidade estava inserido na cultura de cada povo, que via na preservação ambiental uma necessidade para a manutenção de determinada maneira de vivência.

A presença da preocupação com o desenvolvimento sustentável transcendia os povos do continente europeu. A forma de vida de algumas civilizações e tribos indígenas na América do Sul, tanto pré-colonial quanto pós-colonial, demonstra que a cultura de determinada nação influencia diretamente na sua relação com o meio onde vivem. O próprio pesquisador Clóvis Lugon (2010, p. 94), em sua obra “A República Guarani”, ao relatar a agricultura e a exploração das riquezas naturais pelos povos das Missões entre 1610 e 1768, no Sul da América, relata:

[...] nos parece que [...] podemos reconhecer que as reduções realmente não formavam uma nação pobre. Naquela época, nenhuma região da América desfrutava de uma prosperidade tão generalizada, em um desenvolvimento econômico tão sadio e equilibrado.

Conforme explica Lugon, os guaranis utilizavam técnicas de agricultura como, por exemplo, o revezamento de culturas e o repouso da terra. Evidentemente, os povos pré-colombianos gozavam de grande fartura natural. Não era diferente com os povos recém colonizados. Todavia, após o fim

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

da vida nômade e seminômade (conforme cada tribo independente), com a chegada dos padres da Companhia de Jesus, os guaranis transformaram seu modelo de sustentabilidade. De acordo com Lugon (2010, p. 123), os guaranis viveram, naquele período (antes de sua destruição quase total), em um regime socialista, motivo pelo qual foram grandemente criticados por povos europeus e americanos. Esse exemplo trazido corrobora para a presente pesquisa, no sentido de demonstrar que sempre que há uma mudança na cultura, na forma de vida e de ver o mundo, há também uma mudança no conceito de sustentabilidade dos indivíduos em transformação, há uma nova forma de abordagem destes com o meio em que vivem, com a utilização dos recursos disponíveis e da ideia de desenvolvimento.

No caso em tela, há a transição de um modelo de vida seminômade, onde seus recursos eram, conforme ensina Lugon (2010, p. 22) “a caça, a pesca e uma agricultura primitiva”, para um modelo de produção em escala, com aperfeiçoamento da agricultura e artesanato e a introdução da indústria, a união dos territórios das antigas tribos divididas, a criação de modelos de irrigação e até mesmo a queimada de partes da floresta para expansão agropecuária, agrícola e, inclusive, da atividade madeireira. Nesse contexto, é necessário entender que a discussão acerca da sustentabilidade não se restringe somente ao conhecimento ambiental, mas alcança, também, os conhecimentos da filosofia moderna, da antropologia, inclusive os conhecimentos das ciências humanas e biológicas.

Isso se confirma, quando, por exemplo, Luis M. Jiménez Herrero (2000, p. 107-108), em seu livro “Desenvolvimento sustentável – transação para a coevolução global”, ao tratar da evolução do conceito de sustentabilidade, inclui até mesmo os conceitos de ética e equidade para formas de vida sustentáveis:

De igual manera que el desarrollo sostenible excede ampliamente los planteamientos ceñidos a la sostenibilidad ecológica, la problemática ambiental sobrepasa los aspectos de protección del medio ambiente y de gestión de los recursos naturales. Por um lado, la intruducción de las variables éticas que fundamentan los criterios de equidade mundial extienden la sostenibilidad a toda la dimensión social atendiendo, a las generaciones presentes y futuras.

[...]

La aceptación progresiva del mensaje del desarrollo sostenible ha favorecido la extensión de la noción de sostenibilidad como argumento estratégico para definir una “forma de vida” humana y en armonía con las otras especies vivas, además de construir una nueva sociedade mundial .

Importa necessariamente numa mudança comportamental, moral, ética do ser humano. Os costumes e o estilo de vida, da mesma forma que os campos do conhecimento e sua aplicabilidade e ênfase na tradição de certo povo, também delimitam os conceitos de sustentabilidade. Ainda nesse sentido, entende-se que a criação do conceito de sustentabilidade passa pelo fato de que o indivíduo está inserido em determinado meio (entre outras formas de vida), e a ideia de sustentabilidade que o homem virá a criar é fruto da forma com que este se vê nessa relação.

Para Herrero (2000, p. 109), atualmente ganha força uma forma da visão “biocêntrica”, não necessariamente em contraposição ao “antropocentrismo”, mas muito próxima do “geocentrismo”,

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

que considera a terra como um superorganismo vivo, o qual possui capacidade própria de regulação com a suprema finalidade de manter a existência da vida:

se puede comprender la necesidad de reformular la coexistencia entre todas las formas de vida, sin exclusividad para la especie humana o sin que su desarrollo ponga en peligro la existencia de “otras formas de vida”. Paulatinamente, va tomando fuerza una corriente defensora de la vida misma, es decir, una visión “biocéntrica”, no absolutamente contrapuesta a la “antropocéntrica”, que em su máxima expresión se podría definir como “geocêntrica”.

O início da preocupação com a relação do crescimento demográfico, cumulada com a capacidade de produção de alimentos, deu origem a um estudo mais detalhado acerca da natureza e a implicação de sua utilização em determinados graus pelo ser humano.

A partir disso, os debates acerca do desenvolvimento e da inserção da sustentabilidade em seu contexto passaram a ter maior notoriedade na produção científica e acadêmica, principalmente no final do século XIX, mais especificamente nos Estados Unidos, com o surgimento de duas vertentes dentro do pensamento ecológico: os preservacionistas e os conservacionistas.

Para os primeiros, em resumo, o estado primitivo e original da natureza deveria ser mantido, como forma de admiração humana. A partir da visão e influência dessa corrente nos Estados Unidos, surgiram grandes parques nacionais naquele país, com conservação total, somente abertos à visitação humana.

Já os segundos, entendiam que a chave da preservação ambiental e da sustentabilidade estava na utilização racional dos recursos naturais, através do manejo florestal e da prevenção do desperdício e da destruição total (advindo da exploração dos recursos). Este, possuía enfoque unicamente na regulação, no equilíbrio entre a utilização e a preservação, sendo que poderiam os seres humanos coexistir com a natureza, desde que compreendendo os limites desta, aqueles transformassem sua forma de vida, costumes, cultura e atuação frente aos ecossistemas, impondo certos limites à sua utilização.

Essas duas correntes, ainda hoje, manifestam seus resultados, inclusive no que tange às políticas públicas (de estado), comunitárias e privadas. Isso, porque ainda se pode observar essas duas influências na proteção ambiental, seja na criação de espaços ambientais (o que ocorre em diversos países, sendo que, em alguns, há inclusive regulação específica), seja na utilização racional dos recursos naturais (o que também já foi adotado pelo ordenamento jurídico de diversos entes públicos).

A consolidação dessas teorias, expressa, na maior parte delas, pelo positivismo jurídico (recente), também é resultado de debates democráticos e interesses coletivos. É por isso que o Direito Ambiental, mesmo sendo um ramo tão recente do Direito e expressando um anseio que atinge a todos os seres humanos, encontra certa dificuldade na inserção cultural.

Para haver uma mudança significativa no sentido da sustentabilidade, é necessário haver uma transformação prática e comportamental grupal, mais importante, uma conscientização coletiva, desapegada aos interesses individuais e egocêntricos, que cada vez mais caracterizam a sociedade contemporânea. A dificuldade de enxergar os outros indivíduos (os diferentes de quem observa) como sujeitos passivos de direitos básicos, como um igual, alguém que merece atenção e dignidade

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

enquanto ser humano e moral, ultrapassa a esfera pessoal e individual, alcançando, também, um nível ético, cultural, ambiental e, até mesmo, de conhecimentos.

Assim, até mesmo os diferentes ramos da ciência encontram dificuldades de diálogo, sendo que a multidisciplinariedade mais é objeto de afastamento e imposição de barreiras, do que aproximação entre diferentes áreas do conhecimento e o que as une. Dessa forma, o que algumas ciências apresentam como solução para determinados problemas da humanidade, é, por outras, ignorado - e, às vezes, descartado-, por conta da ênfase técnica e fundamentalista que vêm estas a apresentar. Todavia, é na soma das diversas áreas de conhecimento, nas diferentes esferas da ciência, que reside o caminho da criação de um saber ambiental, o que não ocorre.

Essa fragmentação, de acordo com o que ensina Enrique Leff (2001, p. 60, grifo do autor), dificultou avanços em relação às ciências e o ambiente. Para ele,

Uma das principais causas da problemática ambiental foi atribuída ao processo histórico do qual emerge a ciência moderna e a Revolução Industrial. Este processo deu lugar à distinção das ciências, ao fracionamento do conhecimento e à compartimentalização da realidade em campos disciplinares confinados, com o propósito de incrementar a eficácia do saber científico e a eficiência da cadeia tecnológica de produção. [...] a análise da questão ambiental exigiu uma visão sistêmica e um pensamento holístico para a reconstituição de uma realidade “total”. [...] para pensar as condições teóricas e para estabelecer métodos que orientem as práticas da interdisciplinaridade”

[...]

A distinção desses níveis de tratamento (de integração do conhecimento) é necessária para implementar uma estratégia de desenvolvimento com uma concepção integrada dos processos históricos, econômicos, sociais e políticos que geraram a problemática ambiental, bem como dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais que permitiriam um aproveitamento produtivo e sustentável dos recursos

Vê-se que, conforme bem expressa o renomado autor, a cultura também se insere no contexto da multidisciplinaridade, e, da mesma forma que há dificuldade de diálogo no contexto da ciência, deveras mais obscura e difícil está a dialética na forma do multiculturalismo.

Há, na prática, uma predominância (da mesma forma que no campo da ciência) de uma cultura sobre outra, baseada sempre nos interesses do mais forte sobre o mais fraco nessas relações. Há sempre a mesma face de opressão presente, por isso a importância das comparações históricas, geográficas e econômicas, por exemplo, na análise da sustentabilidade e na produção de uma proposta ambiental.

Assim, da mesma maneira que se fala em liberdade e emancipação humana através da globalização e do capitalismo, não se pode olvidar seus efeitos no campo da individualidade (e miséria) humana, nem no contexto do conhecimento (e acesso aos frutos deste: tecnologias, técnicas e riquezas) de um povo e outro (na cultura e ambiente). É nesse sentido, que Leff (2001, p. 60-61) prossegue:

[...] é preciso diagnosticar os efeitos do processo de acumulação e as condições atuais de reprodução e expansão do capital, os impactos ambientais das práticas atuais de produção e consumo e os processos históricos nos quais se articularam a produção para o mercado com a produção para o autoconsumo das economias locais e as formações sociais dos países “em

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

desenvolvimento” para a valorização e exploração de seus recursos. Estes processos históricos transformaram as práticas produtivas e degradaram a produtividade de seus ecossistemas, afetando as capacidades produtivas da população, sua dependência tecnológica e cultural, suas formas de sujeição ideológica e suas motivações para a inovação produtiva.

Vê-se, claramente, que as características culturais dos diferentes povos se transformam de forma muito rápida com a internacionalização e a mudança nos modelos de produção (e de exploração ambiental), à medida que a economia e o mercado interferem nos contextos nacionais e comunitários de cada região.

Isso nos leva a considerar a existência de uma cultura dominante e uma cultura dominada, que dependem diretamente da força social de cada grupo que as sustentam. Assim, quem possui mais poder, também potencializa sua cultura. De acordo com Denys Cuhe (2002, p. 145), “falar em cultura ‘dominante’ ou de cultura ‘dominada’ é [...] recorrer a metáforas;”. Para ele, “na realidade o que existe são grupos sociais que estão em relação de dominação ou de subordinação uns com os outros”. Visto dessa forma, o próprio conceito de desenvolvimento pode ser repensado. No século XXI, o desenvolvimento, visto como livre e aberto, de acesso a todos os povos do globo, pode ser encarado de forma totalmente inversa. Assim, poderia ser dito que o desenvolvimento é, na verdade, para alguns, da mesma forma que o ambiente equilibrado.

Conforme leciona Antony Giddens (p. 7, 2010), “o enfrentamento da mudança climática é um processo de grande complexidade e sua análise precisa ser feita no contexto dos processos decisórios da economia, da política e da geopolítica mundiais”. O Risco já não alcança unicamente uma parcela pobre da população, e sim a humanidade como um todo, inclusive os poderosos, o que faz com que os perigos não devam ser tratados de forma isolada por cada país, mas de forma conjunta e organizada. Todavia, o processo de mundial de globalização, além de modelar uma monocultura, faz com que os atos humanos passem a visar unicamente o lucro, independente do nível de exploração necessário e o que tais exercícios virão a acarretar.

Conclusão

Observa-se que o conceito de sustentabilidade é - e tem sido - relativizado, visto que não é um conceito em si mesmo, mas é fruto de conhecimentos e realidades. Apesar de termos dado uma ênfase na questão cultural frente à sustentabilidade, é preciso entender que, ainda que uma cultura expresse determinado conceito de sustentabilidade, não necessariamente esse conceito seja sustentável. Todavia, a partir dessa compreensão, é possível delimitar que os interesses econômicos de povos hegemônicos, historicamente, têm delimitado regras de exploração sobre povos de outras culturas, transformando por completo suas realidades e costumes, e, dessa forma, interferindo diretamente no comportamento dessas pessoas com seus ecossistemas. Assim, através da transformação da cultura, é possível, cumulativamente, alterar os conceitos de sustentabilidade e, assim, usufruir das riquezas de nações hipossuficientes, reduzindo seus recursos, através de uma utilização irresponsável, sem lhes dar em troca qualquer tipo de indenização.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Cultura;

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XXIII Seminário de Iniciação Científica

Agradecimentos:

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Referências

- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru – SP. EDUSC, 2002.
- GIDDENS, Anthony. A política da mudança climática. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2010.
- HERRERO, Luis M. Jiménez. Desarrollo ostensible – Transacción hacia la coevolución global. Madrid, Espanha: Ediciones Pirámide (Grupo Anaya, S.A.), 2000.
- LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- LEUZINGER, Márcia Duequez; CUREAU, Sandra. Direito ambiental. São Paulo: Editora Campus Jurídico, 2008.
- LUGON, Clóvis. A República guarani. Tradução de Alcy Cheuyche. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2010.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.